



NAS ‘FRESTAS’ QUE O CURRÍCULO ESCOLAR SE FAZ: A SALA DE AULA E ABERTURA PARA O DOCENTE

Arielly Janaina Galiciani de Souza¹

RESUMO

Esta comunicação visa analisar a complexidade do currículo escolar e sua manifestação na prática docente, partindo da premissa de que o currículo prescrito oferece "frestas" para o professor realizar a mediação pedagógica. O trabalho se debruça sobre as categorias curriculares — prescrito, em ação e oculto — para compreender a interação entre as políticas educacionais e a realidade da sala de aula. Para isso, o referencial teórico-metodológico se baseia em autores como Michael Apple, Ivor Goodson, Circe Bittencourt e Ana Maria Monteiro, cujas obras são essenciais para entender o currículo como um campo de disputa social e a mediação didática como uma prática de "lugar de fronteira".

A análise aponta para a atuação do Estado na elaboração de currículos, normas e metas estabelecidas para a educação, evidenciado que, muitas vezes, "produtividade" é priorizada em detrimento da "aprendizagem". Trazendo elementos sobre a reorganização do currículo e da carga horária curricular do Estado de São Paulo nos últimos anos e o aumento do uso das plataformas digitais.

Para ilustrar a relação das 'frestas', a comunicação apresenta um relato de prática pedagógica que demonstra como, a partir da escuta ativa e da atenção à cultura escolar dos alunos, é possível mediar o currículo de forma significativa. O projeto "Histórias Cruzadas", que conectou o processo de migração do Brasil às histórias familiares e do bairro dos estudantes, resultou em alunos se tornando sujeitos produtores de história e conhecimento. Conclui-se que a prática pedagógica não é neutra, mas sim uma prática intencional que, ao valorizar as "frestas", permite ao professor construir uma ponte entre o saber acadêmico e as vivências dos estudantes, tornando o aprendizado pertinente e contextualizado

Palavras-chave: Currículo escolar, Práticas educacionais, Ensino de História.

INTRODUÇÃO

O currículo é tudo aquilo que é definido como relevante das pessoas aprenderem durante sua trajetória. Porém, refletir, analisar e conceituar o que currículo é um exercício complexo, dada a diversidade de abordagens teóricas, metodológicas e conceituais na área da educação, composto por diversas camadas e vertentes teóricas. Sua estrutura abrange diferentes componentes como a intencionalidade, objetivos, metodologia e avaliação que são determinantes para a modelagem das práticas pedagógicas. Desta forma acredito que a definição de dicionário, possa fornecer insumo para seguirmos . Segundo o Dicionário Interativo da Educação Brasileira o currículo é:

¹ Mestranda do Curso de ProfHistória da Universidade Federal de São Paulo- SP, arielly.souza@unifesp.br;



'Conjunto de disciplinas sobre um determinado curso ou programa de ensino ou a trajetória de um indivíduo para o seu aperfeiçoamento profissional. Também pode ser entendido como um documento histórico na medida em que reflete expectativas, valores, tendências etc. de um determinado grupo ou tempo.'

Essa definição nos oferece pistas sobre a ação do currículo no ambiente escolar, tanto sobre sua estrutura quanto sobre sua prática e intencionalidade. Destacando que a intenção do conjunto de disciplinas, mas se colocando também como um documento histórico que reflete os valores e tendências de uma época. O que nos revela tendências e tensões, rupturas e continuidades, sobressaindo as relações de poder determinantes em sua elaboração, buscando mitigar o determinismo na aprendizagem das classes sociais menos favorecidas. O Estado tem uma atuação essencial neste processo de elaboração, em primeiro ponto por ser o responsável pela elaboração e aplicação de políticas públicas, mas também destacaria seu papel na regulação social utilizando da educação, o qual irei desenvolver mais a frente no texto.

Para historicizar a complexidade do currículo, utilizaremos das palavras de Ivor Goodson, que remonta o século XVI, onde as relações entre conhecimento e controle começam a ser desenhadas. Porém nos séculos subsequentes, em destaque os séculos XVIII entre XX, tem modificações profundas na intencionalidade e na forma da escolarização. Para ilustrar este processo é válido citar ‘à transição do sistema de classes para o sistemas de sala de aula’, que refletiu na transformação geral da escolarização, o currículo torna-se um mecanismo de diferenciação social que cria um lugar de essencial e definitivo na institucionalização escolar baseadas nos saberes acadêmicos que elaborados por pesquisadores e especialistas universitário.

Esse sobrevoo, nos permite delinear os contornos do currículo escolar para compreender sua composição. As subdivisões curriculares são fundamentais para entender a intenção e a interação entre o currículo e a sociedade. As categorias são:

1. Currículo prescrito: definido pelo conjunto de documentos oficiais, diretrizes, leis e planos de ensino, representando o que deve ser ensinado nas escolas.
2. Currículo em ação: relacionado diretamente à prática pedagógica em sala de aula, demonstrando como professores vivenciam o currículo prescrito e quais mediações metodológicas utilizam em suas realidades.
3. Currículo oculto: aquilo que é ‘não dito’, mas que se manifesta no processo formativo. São aprendizagens não intencionais ligadas aos valores, comportamentos, normas e atitudes que atravessam a cultura escolar e a vida em sociedade.





É a partir dessas três perspectivas — o que é formalizado, o que é praticado e o que está subentendido — que a complexa estrutura do currículo determina e condiciona as práticas educativas. Sendo assim, o currículo escolar é formado por componentes que determinam e condicionam as práticas escolares. O processo de institucionalização da escola como espaço social de aprendizagem, ou forma escolar, caminha junto com a formalização do currículo, que se estabelece como o conjunto de conhecimentos a serem aprendidos em idade escolar.

As categorias que compõem o currículo escolar são fundamentais para refinar a interpretação sobre sua atuação, tanto no que é explícito quanto no que é implícito na educação. A estrutura do currículo pode ser compreendida a partir de três dimensões principais, que operam em diferentes níveis. Atravessam a elaboração das políticas públicas que estruturam o sistema de ensino, das diferentes esferas de governabilidade — federal, estadual e municipal — e materializa-se nos documentos que guiam o trabalho dos professores e a estrutura das escolas; a prática pedagógica real na sala de aula é composta pelas escolhas metodológicas, os avanços e as persistências de uma turma, série ou escolar que traduzem o planejado no currículo prescrito para a realidade do ensino. Na escola cabe a transmissão de normas e valores sociais e que mesmo de forma implícitas impactam diretamente nas vivências dos estudantes.

Diante deste contexto, diversas perguntas emergem, algumas de caráter retórico, outras revelando brechas nas elaborações de políticas educacionais, entretanto todas guiadas por uma percepção de que as relações de poder são determinantes para as elaborações do currículo escolar. Dentre elas, algumas questões iniciais se mostram cruciais: O currículo se coloca como neutro, mesmo sendo elaborado por determinantes do que se tem de aprender? É possível, em sala de aula, divergir do currículo prescrito e atuar de forma relevante? Por que as vivências de estudantes e professores se distanciam como um ponto que move a aprendizagem?

Esses questionamentos nos remetem diretamente às três categorias de atuação do currículo escolar: prescrito, em ação e oculto. Mas como essas categorias se relacionam com o cotidiano da escola e as aulas de história?

O Currículo escolar: Entre o Prescrito e a Realidade da Sala de Aula

A historicização e a contextualização do currículo são sustentadas por debates cruciais sobre suas diretrizes, intencionalidade e objetos de estudo. Durante os debates contemporâneos, principalmente aqueles que se constroem após a constituinte de 1988, refletem diretamente a modificações das percepções, concepções e formas, a principal alteração sofrida é a alteração de eixo do currículo escolar de ensino para a aprendizagem.





Esses elementos que passam por debates estão refletidos diretamente nos documentos orientadores como na nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases, 1996) assumem uma orientação metodológica destinada aos docentes, estabelecendo uma vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998) atuam como diretrizes do ensino básico brasileiro, são um conjunto de objetivos, conteúdos, métodos e critérios de avaliação para cada disciplina, visando garantir um padrão de qualidade para o ensino em todo o país; e a BNCC (Base Nacional Comum Curricular, 2018) tem como referência o desenvolvimento de competências gerais e específicas compostas por habilidades.

A atuação do Estado na elaboração desses currículos reflete as relações de poder analisadas por Michel Apple. Em sua perspectiva, os currículos escolares contemporâneos muitas vezes priorizam a “produtividade” como meta, em razão da relação direta da formação escolar com a qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho. Essa visão se manifesta no desenvolvimento de competências vinculadas à educação profissional, ‘é na escola enquanto local de trabalho que o conhecimento técnico/administrativo produzido pela escola a ela retorna para controlar e racionalizar o trabalho de professores quanto dos alunos’ (Apple, 2024, p. 86). Além da valorização de alguns componentes curriculares — como as ciências exatas — em detrimento de outros, como as Ciências Humanas e Sociais. Desta forma, o currículo opera como um mecanismo de seleção, que reproduz a estrutura social e a hegemonia de grupos dominantes.

Esses documentos, são representativos do currículo prescrito, buscam estabelecer um ponto de partida igualitário para a educação brasileira. No entanto, sua implementação enfrenta desafios práticos e estruturais, revelando uma lacuna entre o que é planejado e as diversas realidades. As barreiras, como as particularidades das regiões, a falta de infraestruturas nas escolas, a formação docente e as defasagens de aprendizagem, são impeditivos para a efetivação do currículo de modo integral. Tais desafios colaboram para reforçar as desigualdades, pois a escola auxilia a legitimar as relações de poder e o estrato social ao atuar como agente de criação e recriação de uma cultura dominante.

Mas o que o ensino de história tem a ver com isso? Para responder, é preciso associar a formação das disciplinas escolares. Para André Chervel, a disciplina escolar não se define apenas pela seleção de conteúdos, mas se constitui como uma forma particular de organizar e dar sentido a esses saberes no contexto específico da escola. A disciplina escolar, portanto, se constrói a partir de um objetivo nítido, surgindo da intersecção entre a metodologia do





professor, os conhecimentos prévios dos alunos e a maneira como a própria instituição incentiva esses saberes.

Nesse sentido, as palavras da professora e pesquisadora Circe Bittencourt nos ajudam a dimensionar a complexidade do currículo de história e sua singularidade diante da permissividade para intervenções. Se tornando um campo de disputa social. Como ela ponta:

“Muitas pessoas interferem no currículo de história, incluindo a mídia, jornais e revistas, além dos pais de família. Ela afirma que todos dão "palpite" no currículo de história, ao contrário do que acontece com o currículo de física, onde apenas os físicos dão opiniões.” (BITTENCOURT, 2016)

É fundamental, portanto, analisar as relações vinculadas à elaboração do currículo, em sua composição e nos objetivos que propõe para o ensino de história e das ciências humanas. Este é um ponto crucial para entendermos como o currículo é um reflexo direto das relações de poder na sociedade.

No início do ano letivo de 2025, as escolas estaduais paulistas foram podadas em 35% na carga horária das disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais - História, Geografia, Sociologia, Filosofia. Essa medida foi justificada pelo aumento da carga horária das disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa, tidas como essenciais para a formação dos estudantes. No entanto, é fundamental questionarmos o propósito e as implicações dessa ação.

A reestruturação curricular, amarrada à adequação à Lei Federal nº 14.945/2024, que revisou e reformulou o Novo Ensino Médio, revela uma disputa de poder sobre quais saberes são considerados prioritários. A redução de disciplinas que propiciam a compreensão de sujeitos e sujeitas na sociedade e todos os processos que lhe são submetidos agravando os abismos sociais e as proposições utilitaristas para a educação.

A poda das disciplinas é acompanhado pelo controle extremo da atuação docente e administrativa, bem como do uso de materiais pelos estudantes, via o uso ostensivo e compulsório de plataformas digitais. São mais de 31 aplicativos, sendo apenas 14 deles destinados a materiais didáticos de diversas categorias.

Apesar desse investimento em tecnologia e do discurso de modernização, os resultados são desanimadores. Os dados do Saresp, relativos às edições de 2023 e 2024, não apresentaram grandes melhorias no desempenho dos alunos, o que levanta sérios questionamentos sobre a eficácia e o real propósito desta medida. O único ponto que se destaca é a perseguição aos docentes e equipe gestora, relacionada a descontos aos salários





caso o não efetuado os registros digitais, perda e afastamento de cargos de diretores que obtiveram baixo desempenho no Saresp e/ou Prova Paulista.

Na pista são outras ideias: prática docente pela frestas

Em sala de aula, o currículo se aflora de forma singular, e isso tem uma relação direta com a condução docente e forma como a escola conduz, conceituado como a cultura escolar. Seguindo está linha o educador, com sua apropriação e domínio dos conteúdos dos conceitos acadêmicos, atua como um jardineiro, que, por meio de um bom manejo, define como será o plantio, a nutrição, a rega e a manutenção do ambiente.

Nesse processo dinâmico, o "currículo em ação" ganha vida. Mesmo com as amarras de uma vigilância profunda e de um conteúdo fragmentado, as interações que ocorrem nas "frestas" se tornam um caminho para propiciar experiências educativas significativas, permitindo que a aprendizagem floresça.

Considero essas "frestas" como caminhos interpretativos de grande importância para ação docente. Permitindo reinterpretação do currículo, integrando-o a outras formas de aprender, transmitindo valor e construindo uma nova relação com o conhecimento. Essas "frestas" são cruciais para a ação docente, pois permitem a reinterpretação do currículo e a integração de outras formas de aprender, construindo uma nova relação com o conhecimento. Ou podemos lê-la enquanto um respiro para a atuação docente que são essenciais virem acompanhadas da escuta ativa e a ação propositiva.

Essa atuação docente, baseada em escolhas pedagógicas e valores, é o que Ana Maria Monteiro conceitua como mediação didática. É por meio dela que o educador interpreta os conteúdos acadêmicos e se utiliza das experiências dos alunos — ou dos "antecedentes fornecidos nas práticas sociais" — para que o "saber sábio" se torne o "saber ensinar". A mediação didática, portanto, não é neutra, mas sim uma elaboração pedagógica que aproxima conceitos e fatos históricos, permitindo ao estudante estruturar conclusões e se aprofundar na compreensão de si e do mundo. Esse processo é inseparável dos valores a serem transmitidos, ou axiologização, o que reforça o papel do professor como um agente de formação cidadã.

A mediação didática também é moldada pela forma como o educador se comunica. As "costuras" feitas em sala de aula para apresentar o conteúdo representam um "lugar de fronteira", conceito elaborado por Ana Maria Monteiro (2011) para demarcar o limite onde o saber acadêmico é transposto para o saber escolar. Nesse espaço, o docente exerce sua retórica para mediar essa transposição, em uma dialética entre o saber acadêmico e a realidade dos alunos. É a retórica do educador que permite essa "*negociação de distância entre os*



"sujeitos", tornando os conceitos compreensíveis e possibilitando que os estudantes lhes atribuam novos sentidos.

É importante salientar que o ‘lugar de fronteira’ se compõe por contornos fortemente marcados pela disputa e carregados pela diferença. Ocasionam muitas das vezes distanciamento das possibilidades instigantes daquele espaço. Para isso, é essencial uma atividade de escuta ativa e de ação propositiva em relação ao estudante. Pois o ato de acomodação dos conceitos históricos não é uma tarefa simples.

A Prática Docente nas "Frestas"

No ano letivo de 2024, em uma escola na Vila do Remédios, divisa entre Osasco e São Paulo, realizei uma escuta com meus alunos das turmas da 2^a série para avaliar o bimestre anterior. A partir dos bilhetes anônimos, percebi problemas na absorção de conceitos e na forma como eu estava conduzindo a mediação pedagógica. As falas apontavam uma falha na articulação entre o currículo prescrito e minha retórica, o que me levou a elaborar um plano de aula que conectava os componentes e habilidades curriculares aos interesses dos estudantes.

No 3º bimestre, utilizei as habilidades que tratam de movimentos migratórios no Brasil para trabalhar o conceito de formação da sociedade brasileira. O projeto temático, intitulado “Histórias Cruzadas”, durou quatro semanas e desdobrou conceitos e análises históricas, partindo do macro — o processo de migração no Brasil — e estabelecendo no micro — as relações familiares dos próprios estudantes.

Inicialmente, alguns alunos resistiram. Eles consideravam a abordagem distante da prática escolar tradicional e sem sentido para a sua rotina. Para superar essa resistência, fui gradualmente remodelando o material digital fornecido pela SEDUC-SP, costurando-o com outras fontes e textos que remontavam ao projeto eugênico de exclusão, às modificações no mundo do trabalho e às estratégias de resistência. Conectei, assim, a grande estrutura social brasileira — da casa-grande à senzala, passando pelo trabalho assalariado e urbano — aos processos de migração interna.

A investigação se aprofundou com uma pesquisa sobre o bairro da escola, que, assim como o vizinho Vila Piauí, é constituído por uma forte migração nordestina. A pesquisa dos estudantes se dividiu em três modalidades: família, bairro e cidade. Na primeira, os alunos investigaram o processo migratório de seus parentes, usando relatos, fotografias e objetos como fontes, que pode ser visto no anexo A e B. Na segunda, pesquisaram a formação do bairro, entrevistando vizinhos e comerciantes que eram "pontos de referência" no território, presente no anexo C e D. Por fim, exploraram a história das cidades de Osasco e São Paulo.





Com os relatos e as pesquisas, sistematizei um painel usando um mapa do Brasil e fitilhos coloridos para registrar ^{X Encontro de Pesquisas Interdisciplinares} ^{IX Seminário Nacional do PIBID} as migrações interestaduais, a formação dos bairros e o desenvolvimento das cidades. Quando os alunos viram o painel, ficaram muito animados, pois, por meio da mediação pedagógica, consegui me aproximar do que se impunha como distante e irreal para eles. Nesse processo, os alunos se tornaram sujeitos produtores de história, memória e ciência.

Com o fechamento deste percurso realizamos a saída pedagógica para o Museu da Imigração, que pode ser conferida nos anexos E, F e G. Esse local foi abordado em uma das aulas de exposição oral se desmembrando como um ponto importante na transição do século XIX e XX para a reconfiguração da sociedade brasileira partindo do ponto do branqueamento como elemento de uma política de estado brasileiro. Os estudantes tiveram a oportunidade de ter contato com objetos que revelavam o processo em sala de aula. Ao ultrapassar a fronteira, incentivando o olhar para as trajetórias familiares e trazendo os aspectos do cotidiano dos estudantes e suas famílias para sala de aula, foi possível realizar uma aproximação do saber acadêmico como algo que compõem aproximando-os de uma zona em comum de produção de conhecimento.

METODOLOGIA

O artigo aborda a relação entre o currículo escolar e a prática docente, usando uma metodologia qualitativa e interpretativa. O estudo é duplamente fundamentado: na análise teórico-bibliográfica - Apple, Goodson, Monteiro - e em um relato de prática pedagógica.

A estrutura teórica examina as categorias currículo prescrito, em ação e oculto, destacando a tensão entre as políticas educacionais do Estado, focadas em "produtividade", e a realidade da sala de aula. Documentos como BNCC e a reestruturação curricular de São Paulo servem como base para a análise crítica.

Na prática, a pesquisa foca na mediação didática como um ato intencional do professor, exercido nas "frestas" do currículo. As técnicas de coleta de dados incluíram a escuta ativa dos alunos e a pesquisa de campo no Projeto "Histórias Cruzadas".

Neste projeto, o docente remodelou o material digital para integrar relatos familiares e a história do bairro, utilizando entrevistas e fotografias como fontes. O percurso culminou com uma saída pedagógica ao Museu da Imigração na cidade de São Paulo.

O objetivo foi tornar o aluno sujeito produtor de conhecimento. Aproximando as interpretações dos processos sócio-históricos que envolvem seus bairros e sua cidade das vivências estudantis e de seus familiares.



REFERENCIAL TEÓRICO

A linha de raciocínio é estabelecida pela discussão das três categorias curriculares — prescrito, em ação e oculto — para situar a tensão entre as políticas educacionais e a sala de aula. O estudo utiliza as obras de Michael Apple para criticar a atuação do Estado e as relações de poder que priorizam a "produtividade" no currículo, em detrimento da aprendizagem. Ivor Goodson é usado para historicizar o currículo como mecanismo de diferenciação social.

O cerne teórico para a ação docente reside nos conceitos de Ana Maria Monteiro, que define a mediação didática como a prática intencional do professor. Essa mediação ocorre no "lugar de fronteira", onde o docente, por meio da escuta ativa, transpõe o "saber sábio" para o "saber ensinar", atuando nas "frestas" do currículo prescrito. Circe Bittencourt apoia a discussão sobre a singularidade do currículo de História como um campo permeável a intervenções. Assim, o referencial traça uma trajetória da macro-estrutura política à micro-estrutura pedagógica da sala de aula.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do estudo, focados no Projeto "Histórias Cruzadas", comprovam inequivocamente a eficácia da mediação didática intencional nas "frestas" do currículo prescrito. Os achados empíricos demonstram uma superação da resistência inicial dos alunos, que consideravam o conteúdo distante da prática escolar, através da conexão direta do tema movimentos migratórios com suas vivências e histórias familiares.

A utilização de instrumentos visuais e a saída pedagógica ao museu foram cruciais. Tais recursos evidenciaram que a retórica docente no "lugar de fronteira" (Monteiro) foi bem-sucedida em transpor o "saber sábio" para um saber pertinente, aproximando o conhecimento acadêmico da realidade discente.

Esta prática transformou os estudantes em sujeitos ativos na produção de conhecimento e memória, utilizando suas próprias histórias como fontes históricas. A discussão confirma que essa atuação não é neutra; é uma resistência ética ao modelo educacional produtivista (Apple), que prioriza a "produtividade" em detrimento da aprendizagem contextualizada. A metodologia valida ainda a tese de Circe Bittencourt sobre o currículo de História como um



campo de disputa social, onde a intervenção docente pode promover o enfrentamento das desigualdades. Conclui-se que a **valorização das vivências** é crucial para a aprendizagem significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões do artigo validam a mediação didática como um ato intencional e essencial para ressignificar o currículo. O sucesso do Projeto "Histórias Cruzadas" comprova que o currículo prescrito possui "frestas" que, através da escuta ativa, permitem a aprendizagem contextualizada.

Confirma-se que a aproximação entre o currículo em ação e o currículo oculto (vivências dos alunos) é crucial. Ao valorizar as trajetórias familiares na pesquisa, o professor transforma o aluno em sujeito produtor de história e conhecimento, atuandoativamente contra o determinismo social.

A análise ratifica que a docência se concretiza no "lugar de fronteira" (Monteiro), onde a retórica pedagógica é vital para "negociar a distância" entre o saber acadêmico e a realidade. A prática demonstrou que essa negociação é altamente eficaz para o engajamento estudantil.

Os achados reforçam a necessidade de defender a autonomia docente como intelectual transformador, que constrói pontes contra o controle administrativo e a pressão por "produtividade".

Para a comunidade científica, o trabalho serve como um modelo empírico de como as Ciências Humanas podem ser ensinadas criticamente. Abrem-se caminhos para futuras pesquisas focadas na avaliação de longo prazo dos impactos da metodologia das "frestas" e na análise do papel do currículo oculto digital no controle e na autonomia docente.

AGRADECIMENTOS

Aos meus alunos e alunas que me ajudaram a encher coisas boas e possibilidade de aprender e ensinar mesmo com adversidades. Aos professores e professoras que me acompanharam e me acompanham.

REFERÊNCIAS

ANPUH-SP. Conferência - História na escola: democratização da experiência e dos conhecimentos humanos (1/4). 2017. 1 vídeo (38 min 41 s). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=sUtRQRXq00M>. Acesso em: 2 jul. 2025





ANPUH-SP. Conferência - História na escola: democratização da experiência e dos conhecimentos humanos (2/4). In: YOUTUBE. 2017. 39 min 6s. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=NgiJt18Rv0M>. Acesso em: 2 jul. 2025.

ANPUH-SP. Conferência - História na escola: democratização da experiência e dos conhecimentos humanos (3/4). 2017. 1 vídeo (37 min, 32 s). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=AK2dOzFV6eg>. Acesso em: 2 jul. 2025.

APPLE, Michael. Educação e poder. Petrópolis: Vozes, 2024.

APPLE, Michael. Ideologia e currículo. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BITTENCOURT, Circe. Abordagens históricas sobre a história escolar. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 36, n.1, jan./abr., 2011, p. 83-104

CHERVEL, André. História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação. Porto Alegre, n. 02, 1990, p. 177-229

GOODSON, Ivor F. Etimologias, epistemologias e a emergência do currículo. O currículo em mudança: estudos na construção social do currículo. Porto: Porto Editora, 2001, p. 61-79

FISCHMANN, Roseli. Pesquisas sobre educação em valores e o projeto da Base Nacional Comum. In: MOVIMENTO PELA BASE. 2015. 21 p. Disponível em: https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2015/09/guiomar_pesquisa.pdf. Acesso em: 1 ago. 2025.

MENEZES, E. T; SANTOS, T. H. Verbete currículo. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midamix Editora, 2001. Disponível em <<https://educabrasil.com.br/curriculo/>>. Acesso em 19 jul. 2025.

MONTEIRO, Ana Maria. Professores de História: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro, Mauad, 2007, p. 81-172.

Monteiro, A. M. F. da C., & Penna, F. de A. (2011). Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. *Educação & Realidade*, 36(1).

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/15080> . Acesso em: 5 de ago. 2025.

Fontes:

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em:

https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 21 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, DF: MEC, 1998. Disponível em:

<https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino fundamental: introdução. 1998. Disponível em:

<https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.



FOLHA DE S. PAULO. Escolas de São Paulo perderam 35% da carga horária para as Ciências Humanas. São Paulo, [s. d.]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2025/01/escolas-de-sao-paulo-perderam-35-da-carga-horaria-para-as-ciencias-humanas.shtml>. Acesso em: 11 jul. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. Uso de plataformas não melhorou resultados educacionais de SP, aponta estudo. Folha de S.Paulo, São Paulo, 27 jul. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2025/07/uso-de-plataformas-nao-melhorou-resultados-educacionais-de-sp-aponta-estudo.shtml>. Acesso em: 1 ago. 2025.

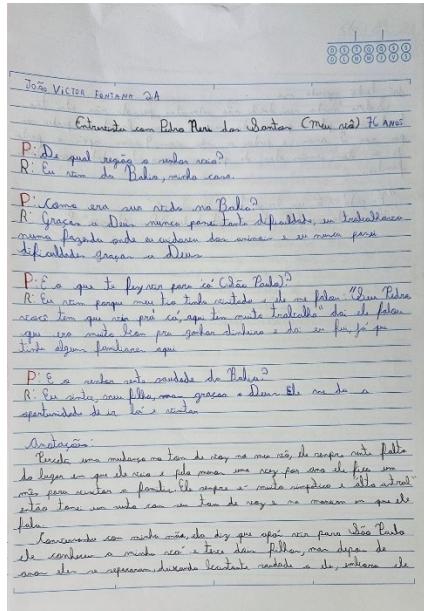
G1. Governo de SP também afasta diretores de escolas que tiveram baixo desempenho no Saresp e Saeb. G1 São Paulo, São Paulo, 27 maio 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/05/27/governo-de-sp-tambem-afasta-diretores-de-escolas-que-tiveram-baixo-desempenho-no-saresp-e-saeb.ghtml>. Acesso em: 21 jul. 2025.

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE (REPU). NOTA TÉCNICA: plataformação e controle do trabalho escolar na rede estadual paulista. São Paulo: Repu, 2025. Disponível em: https://www.repu.com.br/_files/ugd/9cce30_68cc8aa516314a34835b8b71dea20347.pdf. Acesso em: 1 ago. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. *Curriculum Paulista: Educação Infantil e Ensino Fundamental*. São Paulo: Seduc-SP, 2019. Disponível em: https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2020/02/Curriculo_Paulista_2019.pdf. Acesso em: 21 jul. 2025.

ANEXOS

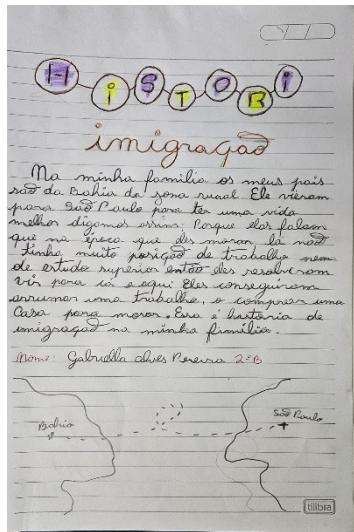
Anexo A:



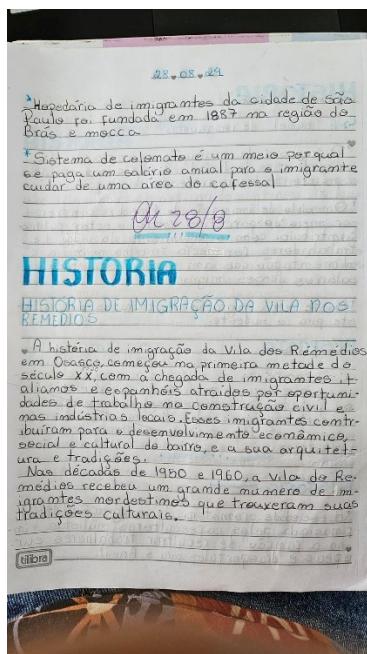
Anexo B:



X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID



Anexo C:

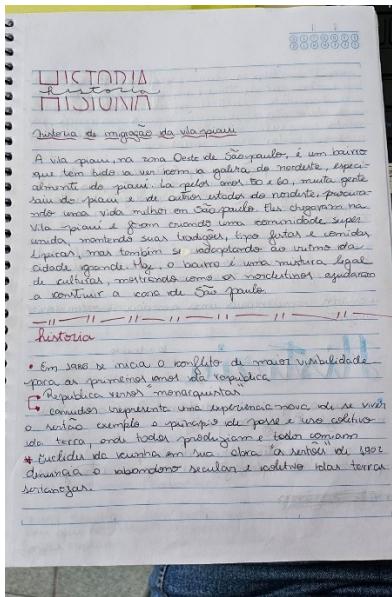


Anexo D:





X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID



Anexo E:



Anexo F:





X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID



Anexo G:

